
Projeto Consumo Responsável e Coletivo

Oficina de Controle Social na Alimentação Escolar



Campina Grande, 21 de Novembro de 2011
Ana Flávia Badue, Danuta Chmielewska e Viviany Félix

Instituto Kairós - Ética e Atuação Responsável
www.institutokairos.net / tel: 11 3257-5100

PROGRAMAÇÃO DO DIA

Manhã

09h00 - **Apresentação**

9h30 - **Agricultura familiar na alimentação escolar**

11h00 - **Controle social na implementação da compra da agricultura familiar para alimentação escolar e o Conselho de Alimentação Escolar**

- O que entendemos por Controle Social?
- O CAE e o controle social individual e em grupo

12h30 - **Almoço**

Tarde

13h30 - **Refletindo sobre o Controle Social da Alimentação Escolar**

16h00 - **Abertura para Debate**

17h00 - **Encerramento**

O que entendemos por controle social?

Controle Social = participação social nas políticas públicas

Democratização na década de 80

Institucionalização dos mecanismos de participação na Constituição 88 e nas leis orgânicas posteriores: Conselhos e Conferências

Área de Saúde foi pioneira

Hoje existem aprox. 5.537 conselhos de saúde, quase a totalidade dos municípios brasileiros

Outras áreas – Assistência Social e Criança e Adolescente – também vêm se destacando

Existem algumas contradições

Este espaço de participação da sociedade civil não é homogêneo.

A sociedade civil é um espaço de luta de classes pela disputa de poder. Dentro dos diversos conselhos existem interesses contraditórios.

O controle social, na perspectiva das classes subalternas, permite que setores organizados da sociedade atuem na gestão das políticas públicas no sentido de controlá-las para que atendam, cada vez mais, às demandas e aos interesses dessas classes.

Esse controle social é um desafio importante na realidade brasileira para que se criem resistências à redução das políticas sociais, à sua privatização e mercantilização.

O Conselho de Alimentação Escolar (CAE)

- O CAE é um colegiado deliberativo e autônomo composto por representantes do Executivo e da sociedade civil, com mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos conforme indicação dos seus respectivos segmentos.
- O CAEs foram instituídos em 2000 em cada município brasileiro como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do programa.
- O principal objetivo do CAE é fiscalizar a aplicação dos recursos transferidos e zelar pela qualidade dos produtos, desde a compra até a distribuição nas escolas e o consumo final destes alimentos, prestando sempre atenção às boas práticas sanitárias e de higiene.

CAE – quem faz parte?

- 1 Representante(s) poder executivo.
- 2 Representante(s) dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação.
- 2 Representante(s) de pais de alunos.
- 2 Representante(s) indicados por entidades civis organizadas, exemplo, de um sindicato ou associação/cooperativa rural. Somente agricultores organizados podem compor o CAE.

CAE – o que faz?

- acompanha e fiscaliza o cumprimento dos princípios e diretrizes do PNAE;
- acompanha e fiscaliza a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;
- zela pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como à aceitabilidade dos cardápios oferecidos;
- recebe o Relatório Anual de Gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo acerca da aprovação ou não da execução do Programa;
- atua em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional e observar as diretrizes estabelecidas pelo CONSEA;
- comunica ao FNDE, aos Tribunais de Contas, à Controladoria-Geral da União, ao Ministério Público e aos demais órgãos de controle qualquer irregularidade identificada na execução do PNAE;
- fornecer informações e apresentar relatórios acerca do acompanhamento da execução do PNAE, sempre que solicitado; e
- elabora o Regimento Interno.

Outras formas de exercer o controle social

Mesmo sem participar dos conselhos, cada cidadão ou grupo de cidadãos, isoladamente ou em conjunto com entidades ou organizações da sociedade civil, pode ser fiscal das contas públicas.

Cada um desses atores sociais pode, por exemplo, verificar se o município e o estado realizaram, na prática, as melhorias nas escolas conforme demonstrado na prestação de contas apresentada ou se os valores das notas fiscais dos bens adquiridos são compatíveis com os preços de mercado.

Quem está no CAE do seu município?

Descubra a composição do CAE da sua localidade consultando o espelho do CAE em:

<https://www.fnnde.gov.br/pnaeweb/publico/consultaEspelhoCae.do>.

É importante saber quem são as pessoas envolvidas no CAE.

Como proceder para realizar uma denúncia?

Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá apresentar denúncia quanto às irregularidades identificadas na aplicação dos recursos do PNAE.

Para isso é preciso:

- uma exposição sumária do ato ou fato censurável, que possibilite sua perfeita determinação;
- a identificação do órgão da Administração Pública e do responsável por sua prática, bem como a data do ocorrido.

Pessoa física (Indivíduo) – poderá fornecer nome e endereço para encaminhamento das providências adotadas.

Pessoa jurídica (Grupo) – poderá encaminhar cópia de documento que ateste sua constituição jurídica e o endereço da sede da representada.

Cópia documentos Fotos Informações de pesquisa Entrevistas

Para onde encaminhar a denúncia?

Pessoa física (Indivíduo) – à Ouvidoria do FNDE, no seguinte endereço: Setor Bancário Sul - Quadra 02 - Bloco “F” - Edifício FNDE Sala 504 - Brasília – DF - CEP: 70070-929, ou para o email ouvidoria@fnde.gov.br.

Pessoa jurídica (Grupo) – à Auditoria Interna do FNDE para o Setor Bancário Sul - Quadra 02 – Bloco “F” – Edifício FNDE Sala 401- Brasília – DF – CEP: 70070-929 ou para o email audit@fnde.gov.br.

Além do FNDE, conheça outras instituições que têm o dever de receber e processar as denúncias, formuladas por qualquer cidadão ou grupo, que por sua vez acionarão os órgãos responsáveis, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

- Controladoria Geral da União
- Tribunal de Contas da União, Estadual e Municipal
- Ministério Público Estadual e Federal
- Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas

Efetividade dos mecanismos de controle social

A efetividade dos mecanismos de controle social depende essencialmente da **capacidade de mobilização da sociedade** e do seu desejo de contribuir. É muito importante que **cada cidadão assuma a tarefa** de participar da gestão governamental, de exercer o controle social dos recursos públicos. Somente com a participação da sociedade será possível um controle efetivo dos recursos públicos, o que permitirá uma utilização mais adequada dos recursos financeiros disponíveis.

Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar na Paraíba

2007: Itaporanga (população aprox. em 2006 = 22 mil habitantes)

- ofereceu a todos alunos da rede pública municipal além da merenda principal, um desjejum composto por suco de frutas e biscoito com manteiga;
- empregou ao longo de 2006 um mecanismo de controle das sobras dos alimentos;
- carga horária do nutricionista foi aumentada, e ele fez visitas às escolas todas as semanas;
- realizou ações de valorização das merendeiras.

2008: Aparecida (população aprox. em 2007 = 7 mil habitantes)

- nutricionista realizou acompanhamento do estado nutricional dos alunos e promoveu ações de educação alimentar que ajudassem a eliminar os problemas nutricionais;
- fez teste de aceitabilidade com todos os preparos utilizados para aperfeiçoar o cardápio;
- escola rural Lili Quiroga: atividades pedagógicas com os alunos na horta;
- uniforme completo, treinamento e oficinas de culinária.

Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar na Paraíba

2009: Aparecida

- manteve-se o foco na capacitação das merendeiras e, além disso, todas as merendeiras passaram por exames de saúde e dentistas e recebem toucas, aventais e jalecos da prefeitura;
- foram comprados equipamentos de cozinha e refrigeradores para todas as escolas do município;

2010: Água Branca (população aprox. em 2009 = 10 mil habitantes)

- inclusão do tema Alimentação Escolar nas escolas;
- estudo (CAE) > proibição da venda de guloseimas nas dependências das escolas.

2010: Aparecida

- envolvimento do município na promoção Agricultura Familiar, ações de destaque: Cadastro e Capacitação dos Agricultores e calendário de produtos por sazonalidade.

2010: Poço Dantas (população aprox. em 2009 = 4 mil habitantes)

- Projetos Viveiro e Educação para a Convivência com o Semiárido;
- estímulo ao desenvolvimento da agricultura familiar local: horta municipal, PAA, PNAE.

Refletindo - controle social na alimentação escolar

Como nasceu a idéia de elaborar a Cartilha de Controle Social na Alimentação Escolar?

Estrutura da Cartilha:

Introdução

- Alimentação, um direito de todos

- PNAE e os 10 passos da alimentação saudável

 - PNAE – histórico, modo de funcionamento e objetivos

 - 10 passos da alimentação saudável na escola

Controle Social na Alimentação Escolar

- O que entendemos por controle social?

- O CAE e o controle social individual e em grupo

- Refletindo sobre o controle social na alimentação escolar na comunidade

 - Metodologia

 - Passo-a-passo

Passo-a-passo

Bloco 1: Do planejamento de produção até a entrega dos produtos na escola

- 1º Passo – Orçamento
- 2º Passo – Cardápio
- 3º Passo – Preço de Referência/Pesquisa de Preço
- 4º Passo – Chamada Pública
- 5º Passo – Projeto de Venda – Elaboração
- 6º Passo – Projeto de Venda – Recebimento
- 7º Passo – Amostra para controle de qualidade
- 8º Passo – Projeto de Venda – Seleção
- 9º Passo – Contrato de Compra
- 10º Passo – Entrega dos Produtos

Bloco 2: Da recepção nas escolas até o consumo

- 11º Passo – Infra-estrutura das escolas, boas práticas, recursos humanos e capacitação técnica
- 12º Passo – Educação Alimentar com base nos 10 passos para promover a alimentação saudável na escola
- 13º Passo – Consumo dos alimentos, controle de qualidade e aceitabilidade dos alunos
- 14º Passo – Recepção e Gestão de recurso e Prestação de Contas
- 15º passo – Acompanhamento e fiscalização

Trabalho em Grupo – o que fazer?

O que o Grupo entende sobre o tema proposto? (p/ começar o diálogo)

O Grupo conhece a regulamentação existente?

Façam uma reflexão sobre as questões apresentadas.

Apresentem suas reflexões no quadro de planejamento.

Trabalho em Grupo – como se dividir?

Bloco 1: da produção à entrega

Bloco 1: Do planejamento de produção até a entrega dos produtos na escola

1º Passo – Orçamento

2º Passo – Cardápio

3º Passo – Preço de Referência/Pesquisa de Preço

4º Passo – Chamada Pública

5º Passo – Projeto de Venda – Elaboração

6º Passo – Projeto de Venda – Recebimento

7º Passo – Amostra para controle de qualidade

8º Passo – Projeto de Venda – Seleção

9º Passo – Contrato de Compra

10º Passo – Entrega dos Produtos

Cardápio

Planejamento do cardápio

- Você já teve contato com o cardápio da sua localidade?
- Avalia-se a cultura alimentar local buscando estimulá-la no planejamento do cardápio?

Reavalie o cardápio do seu município ou Estado.

- Os alimentos que vêm de regiões distantes podem ser substituídos por alimentos regionais?

Busque apoio com as instituições e coletivos ligados à agricultura familiar: secretaria da agricultura, sindicatos rurais, representantes de órgãos federais como a CONAB e a DFAD, órgãos de ATER, movimentos sociais, entre outros.

Participe do momento de discussão do cardápio no espaço do CAE.

- Como está sendo trabalhada a aceitabilidade dos cardápios? Principalmente, em função das mudanças devido à inclusão de produtos da AF.
- Há alguma dificuldade em obter o cardápio do seu Estado ou município?

Cardápio – Experiências de referência

- **Jussara (GO)** (cerca de 20 mil habitantes) - (Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar – 2005: Categoria Desenvolvimento Local)

Os cardápios mudam a cada 2 meses, de acordo com a sazonalidade. Procuram-se bons preços, sempre considerando a aceitabilidade. As preparações que incluem produtos regionais merecem destaque, entre eles a farinha de baru, usada com frequência.

Embora não seja uma exigência legal, a gerência da merenda do município faz quatro prestações de contas por ano para o CAE.

- **Pedra do Indaiá (MG)** (cerca de 4 mil habitantes) - (Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar – 2005: Categoria Região Sudeste):

Possuiu 7 cardápios diferentes para uma rede de apenas quatro escolas e uma creche. A variedade de cardápios aproxima a alimentação escolar da realidade e da necessidade dos alunos. Assim, a escola rural da comunidade de Betânia, onde a população é mais carente, recebe uma lista de pratos mais reforçados e em maior quantidade.

Participação de representantes da terceira idade como conselheiros, atuação essa que trouxe novo significado ao CAE.

Projeto de Venda e amostra para controle de qualidade

PROJETO DE VENDA

- Quais os grupos da sua localidade que poderiam fornecer produtos alimentícios para as escolas?

Faça um mapeamento destes grupos.

Busque informações junto à secretaria da agricultura, aos órgãos de assistência técnica e extensão rural, aos sindicatos, etc.

- Você já viu um projeto de venda?

Avalie o modelo junto com um grupo de agricultores familiares da sua localidade.

Verifique os valores individuais dos projetos de venda apresentados.

AMOSTRA

É importante que seja respeitada a sazonalidade de alguns produtos. Por isso, é preciso definir na chamada pública o procedimento no caso de produtos que estejam fora de época após a fase de habilitação, em relação à amostragem.

Avalie a presença de produtos sazonais em 1 ou mais projeto de venda da sua localidade. Isso lhe dará idéia da dificuldade de apresentação de amostra destes tipos de produtos.

Projeto de venda – Experiência de referência

- Florianópolis (SC) (cerca de 350 mil habitantes) - (Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar – 2005: Categoria Participação Social)

O CAE realizou visitas quinzenais às escolas e acompanhou a aplicação de recursos, a aquisição de alimentos e as rotinas de trabalho da alimentação escolar.

As hortas escolares estavam presentes, em 2005, em 66 de 97 escolas do município, com utilização dos produtos como complemento e realização de trabalho pedagógico. Inclusive, trabalhando a compostagem em diversas escolas.

Ressalta-se ainda o papel do CAE nesta localidade, que ao invés de trabalhar como fiscalizador vem trabalhando como parceiro.

Bloco 2: da recepção até o consumo

Bloco 2: Da recepção nas escolas até o consumo

11º Passo – Infra-estrutura das escolas, boas práticas, recursos humanos e capacitação técnica

12º Passo – Educação Alimentar

13º Passo – Consumo dos alimentos, controle de qualidade e aceitabilidade dos alunos

14º Passo – Recepção e Gestão de recurso e Prestação de Contas

15º passo – Acompanhamento e fiscalização

Infra-estrutura de recepção e capacitação técnica

Infra-estrutura de recepção

- O que existe de infra-estrutura de recepção, armazenagem, controle de estoque, instalações e equipamentos adequados (estantes/armários apropriados e aberturas teladas, geladeiras, cortadores, liquidificadores, fornos, panelas, etc...) e preparos dos alimentos, em especial in natura, nas escolas?
- O que é feito para se evitar desperdícios neste processo?

Capacitação técnica

- Que tipo de formação de boas práticas é dado para as merendeiras e manipuladores e com que frequência? O município/estado destina recurso para isso? Há um manual de boas práticas (adequadas condições higiênicas e sanitárias) para orientar esta formação e prática nas escolas?

Infra-estrutura – Experiência de referência

- **Jundiaí (SP) - SISTEMA DE GESTÃO DA QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**

Visa garantir a segurança e qualidade da alimentação escolar e padronizar todos os procedimentos eliminando as situações de risco a que os alimentos estão expostos.

Outro destaque do município de Jundiaí diz respeito à **CAPACITAÇÃO TÉCNICA** de Merendeiras/Auxiliares de Serviços Educacionais que acontece mensalmente e é realizada compondo a jornada de trabalho, onde são abordados diversos temas.

Educação Alimentar

Educação em Saúde:

- As escolas fazem a inserção da educação alimentar associada à educação ambiental no Projeto Político Pedagógico da Escola?

Exemplos: Horta Escolar pedagógica para suplementação do cardápio; práticas culinárias educativas, como oficinas culinárias experimentais com alunos para estimular o gosto por alimentos saudáveis; envolvimento da comunidade escolar e da família.

- As merendeiras recebem formação permanente e são valorizadas como educadoras contribuindo na educação alimentar junto aos professores?
- Os produtores interagem com as escolas no processo de educação alimentar e valorização do consumo de produtos da AF?

Serviços em Saúde/Proteção em Saúde: Fiscalização e acompanhamento da merenda, levantamento antropométrico, parceria com a UBS na educação alimentar, entre outras ações.

- A escola tem acesso a informações e participa de programas de apoio para promoção da alimentação saudável na escola: Programa Hortas Escolares - MEC e FNDE.
- Quais das estratégias previstas nos 10 passos para promover a alimentação saudável na escola na Portaria Interministerial No. 1010 são aplicadas pela escola?
- Que tipo de apoio e formação as escolas recebem dos governos municipais, estaduais e federal para isso?

Educação Alimentar – Experiência de referência

- Jundiaí (SP)

PROJETO HORTA ESCOLAR

PROGRAMA SAÚDE NO PRATO

Obrigado!

Ana Flávia Badue
anaflaviab@terra.com.br

Danuta Chmielewska
danutach@gmail.com

Viviany Félix
viviany_felix@hotmail.com

Instituto Kairós - Ética e Atuação Responsável
www.institutokairos.net / i.kairos@yahoo.com.br / tel: 11 3257-5100